

Atuação preventiva

O ministro Benjamin Zymler tomou posse como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 8 de dezembro de 2010. Ele é o primeiro servidor da Casa a alcançar o mais alto posto da instituição. Durante sua gestão, Zymler quer um Tribunal, além de mais ativo, focado na atuação preventiva, a qual, na sua opinião, produz resultados mais eficazes e gera maior economia para os cofres públicos. Ele pretende, também, aumentar o número de fiscalizações, ampliar a abrangência das auditorias operacionais e melhorar a qualidade dos trabalhos do Tribunal. Nesta entrevista à Revista do TCU, Zymler aborda as principais metas de sua gestão e explica os novos direcionamentos. O presidente ainda opina sobre a fiscalização de obras com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), comenta a extinção dos processos em papel e destaca a importância da Rede de Controle da Gestão Pública.



O que o senhor elegera como prioridade da sua gestão?

Pretendemos dar sequência ao processo de modernização do TCU, por meio da implantação e do aperfeiçoamento do processo eletrônico, melhorar a qualidade de nossos trabalhos, dando ênfase ao controle preventivo, e aumentar o número de auditorias e inspeções. Em relação aos estoques, quero reduzir a quantidade de sobrestados e de processos de atos de pessoal, além de manter, no geral, o nível atual.

Essas melhorias trarão algum benefício para a sociedade?

Quando nos antecipamos ao prejuízo e agimos no momento em que os atos administrativos estão sendo praticados, proporcionamos melhores resultados à sociedade. Essa atuação preventiva e concomitante é benéfica porque evita que haja desembolso indevido de recursos públicos. No controle repressivo, no qual aplicamos débitos e multas, após o ato ter acontecido, a eficácia da nossa atuação é menor.

Podemos concluir que a sua gestão terá como foco principal o controle preventivo?

A grande vantagem do controle preventivo é a possibilidade de correção tempestiva dos erros e das irregularida-

“ O TCU possui um corpo funcional altamente qualificado e julgadores comprometidos em fazer a melhor análise do caso concreto. É com a ajuda de todos que atingiremos os objetivos traçados por esta gestão ”

des, o que gera uma grande economia para a sociedade. Suponhamos que o governo esteja realizando uma licitação e que o TCU verifique ilegalidades antes da formalização do contrato. Nesse caso, o Tribunal fará determinações e o dinheiro não sairá dos cofres públicos até que as pendências sejam solucionadas.

Como o senhor pretende atingir essa meta?

Iremos ocupar, em média, 50% do tempo de nossos auditores nas fiscalizações, o que significa um aumento de 30% no número de homens-dia de fiscalização. A mudança será efetivada tanto nas auditorias de regularidade, nas quais são analisados os aspectos relativos à conformidade legal e contábil, quanto nas operacionais, que avaliam o desempenho de organizações, programas e atividades governamentais.

O senhor poderia destacar alguns casos em que a atuação prévia do TCU tenha resultado em grande economia aos cofres públicos?

No ano passado, a fiscalização de obras, realizada de acordo com os critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), resultou numa economia de R\$ 2,6 bilhões, valor que representa duas vezes o orçamento do TCU. Também destaco as análises dos processos de concessões de serviços públicos. Nossa atuação, ao reduzir o preço das tarifas, gerou uma economia de R\$ 26 bilhões, levando-se em consideração um horizonte de cinco anos.

A fiscalização de obras, segundo os critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é um dos trabalhos de grande relevância do TCU. O senhor está

propondo alguma alteração na execução dessa atividade pelo Tribunal?

A fiscalização do Tribunal está atualmente concentrada em obras de grande porte. Queremos, no futuro, analisar a qualidade das obras públicas e aumentar a fiscalização em obras de médio e pequeno porte. Dessa forma, mostramos que o Tribunal não está preocupado somente em evitar prejuízos de grande monta. Até porque, se houver desvios de recursos em diversas obras de pequeno e médio portes, a soma dessas irregularidades pode ser tão prejudicial quanta a observada numa obra maior.

Ainda em relação à fiscalização de obras, como o senhor vê a elaboração de uma lei específica para tratar desse tema?

A fiscalização de obras, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é um trabalho no qual o Tribunal acumula uma experiência de 14 anos. Durante esse tempo, as auditorias do TCU evoluíram e produziram excelentes resultados para a sociedade brasileira. Ocorre que a LDO tem vigência de um ano e é promulgada quando os trabalhos já foram iniciados. Com uma lei específica, teríamos critérios já definidos previamente o que facilitaria

“No ano passado, a fiscalização de obras, realizada de acordo com os critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), resultou numa economia de R\$ 2,6 bilhões, valor que representa duas vezes o orçamento do TCU.”

o controle, tanto para o TCU, como para o governo. É por essa razão que somos favoráveis à elaboração dessa lei e, nesse sentido, pretendemos interagir com o Congresso Nacional.

O TCU possui secretarias de controle externo em todos os estados da federação e sua gestão pretende modificar a forma de atuação dessas unidades. O senhor poderia explicar como vai funcionar essa capilaridade?

Essa mudança pode ser entendida como o meio para ampliar a atuação do Tribunal. No plano local e regional, busca-se permitir às secretarias de controle externo conhecer seus jurisdicionados por meio de levantamentos de auditoria. São esses trabalhos que vão identificar as unidades a serem auditadas e quais auditorias poderão trazer maior contribuição à sociedade. Em âmbito global, significa centralizar as diretrizes e a coordenação do trabalho em uma unidade para, a partir dela, formar uma rede com as demais secretarias.

Em relação às auditorias do Tribunal, que outras modificações o senhor destacaria?

A partir dessa nova forma de atuar, vamos aprofundar as

análises das auditorias operacionais e ampliar o número de estados fiscalizados por esses trabalhos. Na Secretaria-Geral de Controle Externo, haverá uma diretoria responsável por analisar dados, desenvolver metodologias e definir ilícitos, além de um setor de inteligência, que vai repassar esse conhecimento às demais unidades do TCU.

Ao dar sequência ao trabalho da gestão anterior, o senhor pretende, ao final de seu mandato, extinguir os processos em papel. Como o senhor pretende atingir essa meta?

A extinção do papel é a evolução natural do e-TCU, iniciado na gestão do ministro Ubiratan Aguiar. Atualmente, estamos trabalhando no cronograma de desenvolvimento de cada etapa desse projeto. Com o e-TCU, os novos processos já estão sendo autuados em meio digital. Na minha gestão, queremos digitalizar todos os processos que estiverem em papel.

O senhor considera a aproximação entre os órgãos de controle fundamental para se combater a corrupção e o uso indevido de recursos públicos?

Sem dúvida. Iremos dar prosseguimento à Rede de

Controle da Gestão Pública, criada por iniciativa do ministro Ubiratan Aguiar. Mas, como os estados têm peculiaridades regionais, que devem ser levadas em consideração para se operacionalizar a Rede, vamos orientar os secretários de controle externo de nossas 26 regionais a liderar esse processo.

O senhor foi o primeiro servidor do Tribunal a chegar à Presidência da Casa. Qual a importância simbólica da sua eleição?

A minha eleição é uma honra pessoal e institucional. Simbolicamente demonstra que no Tribunal há espaço para o desenvolvimento técnico do servidor e para a meritocracia. Por essa razão, carrego comigo uma enorme responsabilidade ao chegar à Presidência. O TCU possui um corpo funcional altamente qualificado e julgadores comprometidos em fazer a melhor análise do caso concreto. É com a ajuda de todos que atingiremos os objetivos traçados por esta gestão.

